



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

DIRETORIA GERAL ADJUNTA
 PROTOCOLO ADMINISTRATIVO



Brasília, 26 de Junho de 2012.

Ao SEPROT:

Solicito de Vossa Senhoria a adoção das providências necessárias para autuar o documento anexo em processo e devolver a esta SCCO/ Interlegis/SF.

EMENTA: Formalização de Termo de Adesão do Projeto de Modernização Legislativa – PML, da Câmara Municipal de:

JOÃO PINHEIRO – MG.

Atenciosamente,

SENADO 017991/12-9

 1017991129


NOEMIA GOMES DOS SANTOS
 Chefe do Serviço de Contratos e Convênios

Ilmo. Senhor
JORGE BATISTA NUNES
 Chefe do SEPROT
 Senado Federal

SEPROT/DGERAD
 AUTUADO COM 02 FLS
 ASS. 
 Matrícula _____



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



Solicitação de Adesão de Casa Legislativa

Preencha todos os campos
ENVIE PELO CORREIO: Programa Interlegis II – Av. N2 Anexo "E" do Senado Federal
Brasília/DF – CEP: 70-165-900
Central de Atendimento: (61) 3311-2556

Tipo de Casa: Assembleia Legislativa Câmara Municipal **Qtd. Parlamentares:** 09

Nome da Casa: CAMARA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO

Endereço: AV JOSE BATISTA FRANCO 001

Cidade: JOÃO PINHEIRO **UF:** MG **CEP:** 38770-000

Telefones: 038-3561-1845 **FAX:** 38-3561-4445

E-mail:

Homepage:

CNPJ: 20.582.573/0001-88

Identificação do Presidente

Nome Completo do Parlamentar: Sebastião Alves Passos Neto

Nome Parlamentar: Netinho do PA **Partido:**

Mandato Parlamentar (dia/mês/ano): **Início:** 01/01/2009 **Fim:** 31 12 2012

Aniversário (dia/mês/ano): 12 06 1979 **Sexo:** M

Telefones: 38 9905 1275 **FAX:**

E-mail:

Homepage:

Solicito a adesão da Casa Legislativa cujos dados básicos constam acima indicados.

J Pinheiro -MG, 18/06/12
Local e data

Sebastião Alves Passos Neto
Assinatura do Presidente

SEPROT/DGERAD
AUTUADO COM 02 FLS
ASS. [Signature]
Matrícula



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



CONVÊNIO DE PARTICIPAÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
- MG NO PROGRAMA INTERLEGIS /
PROJETO DE MODERNIZAÇÃO
LEGISLATIVA - PML.

CONVÊNIO: MG Nº 216 / INTERLEGIS / PROJETO DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA
- PML

O SENADO FEDERAL, com sede no Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes, em Brasília – DF, CEP 70.165-900, atuando como ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA INTERLEGIS, doravante denominado ÓRGÃO EXECUTOR, à vista da sucessão promovida, e em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, celebrado entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, em 11 de dezembro de 2007, para implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER, Ato da Comissão Diretora nº 08, de 2005, neste ato representado pelo Diretor Nacional do PROGRAMA INTERLEGIS, Senador CÍCERO LUCENA, e a CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO - MG, doravante denominada CASA LEGISLATIVA, com sede na Av. José Batista Franco - nº 01 – Centro - JOÃO PINHEIRO - MG – CEP: 38770-000 CNPJ: 20.582.573/0001-81 Representada por seu Presidente, Vereador SEBASTIÃO ALVES PASSOS NETO, resolvem celebrar o presente Convênio, regendo-se pela Lei nº 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação do PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML, para estímulo à promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, com execução por esforço e interesse comuns dos convencentes, em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR – Interlegis.



§ 1º São finalidades deste Termo:

- I- promover a operacionalização da COMUNIDADE VIRTUAL DO PODER LEGISLATIVO;
- II- promover o intercâmbio, a permuta e a cessão de técnicas, conhecimentos, programas e, eventualmente, de equipamentos entre os convenentes, aumentando a eficiência e competência das Casas Legislativas;
- III- estimular a produção, captação e disseminação de informação de interesse dos legisladores brasileiros, de forma a democratizar o acesso às informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- IV- estimular e promover a participação cidadã nos processos legislativos;
- V- promover a consolidação e a validação dos modelos de integração e modernização desenvolvidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 2º É parte integrante deste Convênio as normas e regulamentação do PROGRAMA INTERLEGIS estabelecidas pelo Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, bem como as respectivas modificações que vierem a ser promovidas, observado o disposto na Cláusula das Disposições Especiais do mencionado Contrato de Empréstimo.

§ 3º Poderão ser elaborados e desenvolvidos pelos convenentes, em conjunto, planos e projetos específicos vinculados ao objeto do PROGRAMA INTERLEGIS/ Projeto de Modernização Legislativa - PML, com formalização prévia em Termos Aditivos a este Convênio.

§ 4º Toda ação ou atividade, e equipamento se houver, necessário à implementação do objeto deste Termo, que não estiver descrito nos ANEXOS correspondentes, dedicados às especificações e detalhamentos, serão formalizados por meio de Termo Aditivo a este Convênio, observada a natureza do objeto estabelecido na Cláusula Primeira.



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA

São atribuições do ÓRGÃO EXECUTOR:

- I- disponibilizar à CASA LEGISLATIVA, de acordo com a necessidade e viabilidade técnica, os bens destinados à utilização no PROGRAMA INTERLEGIS, observando a CLÁUSULA QUARTA e os ANEXOS deste Convênio;
- II- desenvolver e implementar ações conjuntas de interesse comum da CASA LEGISLATIVA e do PROGRAMA INTERLEGIS, voltadas para a modernização, com melhoria da comunicação e do fluxo de informação entre os legisladores;
- III- tratar das obrigações previstas no Contrato de Empréstimo n.º 1864/OC-BR, a partir de informações fornecidas pela CASA LEGISLATIVA;
- IV- manter atualizados os sistemas em meio eletrônico disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, propiciando melhoria no trato com o processo de modernização para a Casa Legislativa;
- V- viabilizar os meios técnicos, entendidos como modelos de integração, capacitação e modernização nas áreas de informática e comunicação, para que a CASA LEGISLATIVA possa tornar disponíveis, informações vinculadas ao seu processo legislativo, à sua prestação de contas e outras informações de interesse do cidadão;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CASA LEGISLATIVA

São atribuições da CASA LEGISLATIVA:

- I- disseminar e divulgar, no âmbito da sua estrutura organizacional, a existência do presente Convênio e em especial o que estabelece a Cláusula Primeira e respectivos Parágrafos;
- II- providenciar a instalação e manutenção dos sistemas e aplicativos descritos nos anexos, e o pessoal necessário à sua operação;



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



- III- informar a todos os usuários credenciados sobre as normas de utilização estabelecidas para o uso dos sistemas e aplicativos, do conteúdo de informações e mensagens enviadas e recebidas pelos meios disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IV- disponibilizar e manter a infra-estrutura para instalação de equipamentos eventualmente disponibilizados pelo ÓRGÃO EXECUTOR, nos termos da CLÁUSULA QUARTA, e zelar pela guarda, administração, correta utilização e manutenção das condições de garantia desses bens, conforme detalhamentos definidos em ANEXO específico;
- V- indicar SERVIDOR RESPONSÁVEL para as verificações de execução das cláusulas celebradas neste Termo;
- VI- informar a todos os usuários credenciados sobre o cumprimento das normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, e respectiva legislação específica, divulgando-os;
- VII- garantir os meios necessários à utilização dos programas e ferramentas disponibilizadas pelo PROGRAMA INTERLEGIS, para execução do Projeto de Modernização Legislativa - PML;
- VIII- promover a inclusão, a exclusão e a atualização das informações do cadastro de usuários e direitos de acesso aos serviços oferecidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IX- impedir a instalação e o uso indevido de programas, que não disponham de autorização contratual ou legal, nos equipamentos eventualmente fornecidos pelo ÓRGÃO EXECUTOR para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS;
- X- incentivar o uso dos sistemas e aplicativos para o desenvolvimento dos processos da CASA LEGISLATIVA, assim como tornar disponível, quando for o caso, suas soluções para utilização por outros membros da Comunidade.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA CASA LEGISLATIVA

Os sistemas e aplicativos, bem como os equipamentos eventualmente disponibilizados para a Casa Legislativa, têm respaldo nas normas do PROGRAMA INTERLEGIS, com o escopo de implementar o objeto deste Convênio, estando relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 1º Os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS estão destinados para o uso único e exclusivo na Sede da Casa Legislativa.

§ 2º As destinações finais dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e recebidos pela Casa Legislativa, estão diretamente vinculados ao cumprimento das obrigações celebradas neste Termo, com a finalidade de atender as atividades de implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 3º Todos os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e disponibilizados para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, serão considerados remanescentes, e poderão ser destinados à incorporação patrimonial da Casa Legislativa.

§ 4º Para a possível efetivação do que expressa o Parágrafo Terceiro, a Casa Legislativa, após observância de todos os compromissos dispostos neste Termo, emitirá compromisso que assegure a continuidade do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, como condição prévia à definição da doação a ser efetivada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

§ 5º A responsabilidade por despesas ocasionadas pelos serviços de ligação da internet e correlatos por infêrência ficam a cargo da CASA LEGISLATIVA, inclusive, a partir do término do período de garantia de origem dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 6º A CASA LEGISLATIVA deverá designar e comunicar formalmente ao ÓRGÃO EXECUTOR o servidor responsável pelo recebimento e administração de bens eventualmente relacionados e descritos



nos ANEXOS, a serem instalados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa – PML – com verificação do Manual de Recebimento e Instalação - ANEXO.

§ 7º O recebimento dos referidos bens, quando houver, será formalizado mediante assinatura de Termo de Aceite e Responsabilidade – ANEXO, por representante da CASA LEGISLATIVA no ato da instalação.

§ 8º São de exclusiva responsabilidade da CASA LEGISLATIVA os danos que vierem a ocorrer por imperícia ou imprudência do pessoal designado para utilização dos programas, acervo de dados e equipamentos, eventualmente disponibilizados, inclusive aqueles decorrentes de procedimentos que impliquem a perda da garantia dos mesmos.

§ 9º Durante o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, as manutenções assim previstas deverão ser realizadas única e exclusivamente pela empresa fornecedora/credenciada conforme contrato de origem.

§ 10 A manutenção corretiva, quando necessária, será solicitada pela CASA LEGISLATIVA, conforme normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/ Programa de Modernização do Legislativo - PML.

§ 11 Após o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, a manutenção do seu funcionamento fica sob a responsabilidade da CASA LEGISLATIVA, para garantir a continuidade do previsto na Cláusula Primeira.

§ 12 Em caso de roubo, furto, substituição indevida ou sinistro de algum equipamento ou componente, a CASA LEGISLATIVA compromete-se a instalar outro com características e configuração iguais ou superiores ao original, além de adotar as medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive enviando relatório e comprovações dos fatos ocorridos e das providências realizadas.



CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não há previsão de transferência de recursos financeiros entre os Convenentes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de vigência coincidente com a duração do PROGRAMA INTERLEGIS.

Parágrafo Único. Havendo prorrogação de vigência do PROGRAMA INTERLEGIS, haverá celebração de Termo Aditivo ou novo Termo de Convênio, conforme os respectivos atos que originarem a mencionada definição de vigência, com o objetivo de não interromper a implementação integral do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

A rescisão do presente Convênio poderá se dar:

- I- amigavelmente, por iniciativa de qualquer dos convenentes, mediante notificação escrita enviada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência;
- II- pelo não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Convênio, em especial quanto à finalidade e utilização dos programas e equipamentos eventualmente disponibilizados, ou pela inobservância das prescrições legais, mediante notificação de um dos convenentes, assegurado ao outro o direito de ampla defesa;
- III- judicialmente, nos termos da legislação específica para o fato gerador.

§ 1º Em quaisquer das hipóteses de rescisão do Convênio ou em caso de não prorrogação, os equipamentos eventualmente disponibilizados, programas e investimentos fornecidos e realizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML devem ser devolvidos pela CASA LEGISLATIVA, no prazo de 30 (trinta) dias.



CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

São de inteira responsabilidade da CASA LEGISLATIVA:

- I- a manutenção de situação regular que permita a implantação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, na forma estabelecida;
- II- as conseqüências legais advindas da instalação ou uso de programas de informática que não disponham de autorização legal ou contratual;
- III- as informações, o conteúdo das páginas internet e mensagens eletrônicas provenientes dos equipamentos eventualmente instalados na CASA LEGISLATIVA.

§ 1º O nome da Secretaria Especial do PROGRAMA INTERLEGIS – SINTER, não poderão ser vinculados a qualquer outro fato ou ato distinto do objeto deste Convênio.

§ 2º Os casos omissos deste Convênio serão solucionados mediante entendimento entre os convenientes e as adequações necessárias, formalizadas em Termos Aditivos.

§ 3º É parte integrante deste Convênio, independentemente de transcrição, o Plano Diretor/Plano de Trabalho decorrentes do relatório de DIAGNÓSTICO previamente realizado pelo ÓRGÃO EXECUTOR.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Convênio será publicado pelo ÓRGÃO EXECUTOR, em forma resumida, no Diário Oficial da União.



CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica estabelecido o foro da Justiça Federal em Brasília para dirimir qualquer questão porventura suscitada em decorrência deste Convênio.

E, por estarem de acordo, os convenientes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.

Brasília, 03 de Setembro de 2012

Senador CÍCERO LUCENA
Diretor Nacional do
PROGRAMA INTERLEGIS

Vereador SEBASTIÃO ALVES PASSOS NETO
Presidente da Câmara Municipal de
JOÃO PINHEIRO - MG

HAROLDO FEITOSA TAJRA
Diretor da Secretaria Especial do
Interlegis - SINTER

Representante da CASA LEGISLATIVA
Câmara Municipal de JOÃO PINHEIRO - MG
(carimbo)

Sebastião Alves P. Neto
Presidente
Câmara Munic. J. Pinheiro-MG

Testemunhas:

Relação de Anexos:

- I - Plano Diretor/Plano de Trabalho
- II - Relação e descrição de Programas/Aplicativos



ANEXO I

Plano de Trabalho

Câmara Municipal de JOÃO PINHEIRO - MG

1. Introdução

O presente Plano de Trabalho é resultado da visita técnica situacional realizada na sede da Câmara Municipal de JOÃO PINHEIRO - MG.

Este plano constitui parte integrante e indissociável do convênio realizado entre a Câmara Municipal de JOÃO PINHEIRO - MG e a Secretaria Especial do Programa Interlegis do Senado Federal - SINTER.

2. O Projeto de Modernização Legislativa

A Câmara Municipal de JOÃO PINHEIRO - MG, doravante denominada CM, faz parte do Projeto de Modernização Legislativa (PML) de responsabilidade do Interlegis. O PML prevê o desencadeamento de ações voltadas para as áreas de gestão, tecnologia, informação, comunicação e capacitação em 700 câmaras municipais selecionadas conforme critérios definidos para este desiderato no contrato mantido entre o Senado Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Diante da dificuldade da definição de "moderno" ou "padrão" para uma CM legislativa municipal, valeu-se o Interlegis de um modelo de maturidade que prevê quatro estágios de desenvolvimento, denominados níveis de maturidade: nível I - Infra-estrutura implantada, nível II - E-legislativo implantado, nível III - E - legislativo integrado e nível IV - Gestão do conhecimento planejado.

O objetivo do PML é desencadear ações que conduzam as câmaras municipais participantes a atingir progressivamente estes níveis.

3. Objetivo do Plano de Trabalho

Implantar processo de modernização tecnológica, abrangente em termos organizacionais, por intermédio do aporte de sistemas informatizados fornecidos pelo Programa Interlegis, de um programa de capacitação e de consultoria nas áreas de Gestão, de Métodos e Processos, de forma a se alcançar o nível I do Modelo de Maturidade - Infra-estrutura Implantada, que significa a certificação de uma infra-estrutura que possibilitará o desenvolvimento e execução de forma eficiente, eficaz e efetiva das funções legislativas.



4. Compromissos

Para a consecução dos objetivos propostos o Programa Interlegis e a Câmara Municipal de JOÃO PINHEIRO - MG assumem os seguintes compromissos:

4.1 Programa Interlegis

- Fornecer consultoria nas áreas de equipamentos, sistemas e redes tecnológicas;
- Prestar suporte para a atualização da rede local e servidores;
- Fornecer treinamento operacional para os parlamentares e funcionários que utilizarão os novos sistemas;
- Oferecer aos parlamentares e funcionários da Câmara Municipal, cursos a distância e presenciais, de acordo com as necessidades detectadas e possibilidades operacionais da SINTER;
- Prestar suporte técnico na revisão e atualização do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município;
- Prestar suporte técnico na elaboração de Plano de Comunicação;
- Prestar suporte técnico na organização da Biblioteca Legislativa;
- Prestar suporte técnico na organização do arquivo da Casa Legislativa;
- Oferecer, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste Plano de Trabalho para negociação e aprovação da CM.

4.2 Câmara Municipal de JOÃO PINHEIRO - MG

- Fazer a indicação formal, com garantia de informação imediata quando de eventual substituição, dos interlocutores técnicos da Câmara Municipal em cada um dos projetos e ações do Programa Interlegis elencados no item 4.1;
- Fazer a adequação do corpo funcional da Câmara à nova realidade tecnológica;
- Fazer a digitalização de toda a documentação referente à produção legislativa;
- Fornecer garantia de sustentabilidade do projeto, durante a sua execução;
- Fornecer ao Interlegis, quando solicitado, toda e qualquer informação relacionada ao desenvolvimento do projeto;
- Garantir a inscrição dos funcionários da CM em pelo menos dois cursos oferecidos pelo Interlegis a cada ano;
- Garantir aos funcionários da CM condições adequadas para a realização dos cursos a que se refere o item anterior;



- Aprovar, após negociação com a equipe da SINTER, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste plano de trabalho.

5. Prazo de Execução

O período inicial estimado para a implantação e execução deste Plano de Trabalho é de 12 meses, renováveis automaticamente no período de vigência deste convênio.

Ao final de cada período de 12 meses uma equipe do Interlegis realizará procedimento de avaliação dos resultados alcançados. Em função destes resultados a CM de JOÃO PINHEIRO - MG poderá ser certificada no Nível I do modelo de modernização, bem como poderá ser verificada a possibilidade de estruturação de um novo conjunto de ações a ser desenvolvido para atingimento do Nível II.

6. Custos

As ações consignadas neste Plano de Trabalho serão financiadas com recursos do Programa Interlegis, excetuando-se:

- Contratação e manutenção de pessoal da CM;
- Despesas relativas a viagens de parlamentares e funcionários da CM (diárias e passagens);
- Contratação de serviços técnicos pela CM;
- Despesas relacionadas com ações de investimento e obras eventualmente necessárias ao desenvolvimento do PML na Câmara Municipal.

7. Disposição Geral

O presente Plano de Trabalho é parte integrante do Termo de Convênio celebrado entre o Interlegis e a Câmara Municipal de JOÃO PINHEIRO - MG, que permitirá que os compromissos, ações, prazos e custos acordados viabilizem as condições para o recebimento de sistemas, aplicativos, assessorias e capacitações para a implantação do Projeto de Modernização Legislativa.



ANEXO II

RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DESTINADOS À CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO - MG

ANEXO II – RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS INTERLEGIS

1. PORTAL MODELO

O Portal Modelo é um produto gerenciador de conteúdo na internet, moldado em sua estrutura para o atendimento às inúmeras funcionalidades das Casas Legislativas e orientado para a publicação na web de informações relevantes sobre à sua atuação legislativa e administrativa, de interesse público. Além disso, possibilita a criação de diversos canais de comunicação com a sociedade, seja por meio da distribuição de boletins eletrônicos – diretamente aos cidadãos via e-mails, serviço de Ouvidoria, fale conosco e canais RSS (*Really Simple Syndication*) ou *Feeds*, que são agregadores de conteúdo como notícias e outros. Para tanto, o Portal Modelo faz uso de um conjunto de tecnologias que o viabilizam e dão suporte às facilidades de customização de interfaces de apresentação, de navegação e uso pelos gestores de conteúdo e usuários finais, que são os cidadãos em geral.

2. SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO (SAPL)

O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) tem como finalidade apoiar as Casas Legislativas nas suas atividades relacionadas ao processo legislativo em geral, como: elaboração de proposições, protocolo e tramitação das matérias legislativas, organização das sessões plenárias, manutenção atualizada da base de leis, entre outras; também, mantém e disponibiliza consultas às informações sobre Mesa Diretora, Comissões, Parlamentares, Ordem do Dia, Sessão Plenária, Proposições, Matérias Legislativas e Normas Jurídicas. Assim, com a informatização, facilita as atividades dos parlamentares - internamente na Casa e, ao mesmo tempo, permite aos cidadãos acompanharem, via internet, todo o andamento dos Processos Legislativos e acesso à Legislação existente.

As proposições nele digitadas são armazenadas segundo o padrão XML (*Extensible Markup Language*); permite o envio e o registro de protocolo das proposições junto à administração legislativa gerando comprovante de entrega; Após deliberação, votação e encaminhamento para o executivo para sanção ou veto e publicação, a matéria retorna ao sistema, na forma de lei, onde passa a fazer parte da base de Leis Municipais. Aceita *upload* de Normas Jurídicas em qualquer um dos padrões: *pdf, odt, doc, txt, HTML, XML, e outros*. Pode ser integrado ao Portal Modelo, permitindo o acesso às suas funções e às informações que armazena, já que a sua interface se dá através de navegador *web* padrão.



Senado Federal
Secretaria Especial do Interlegis- SINTER
Via N2 Anexo E do Senado Federal Ed. Interlegis
CEP: 70165-900 Brasília-DF
(61) 3303-2599



Ofício nº 0257/2012-GABINT/SINTER



Brasília, 07 de agosto de 2012

Excelentíssimo Senhor
Vereador SEBASTIÃO ALVES PASSOS NETO
Presidente da Câmara Municipal de JOÃO PINHEIRO - MG.

Assunto: Falta de assinatura

Senhor Presidente,

1. Encaminho novamente a Vossa Excelência as três vias do Convênio - Interlegis/Projeto de Modernização Legislativa - PML que nos enviou assinadas, referente à participação da Câmara Municipal de JOÃO PINHEIRO - MG no Programa Interlegis.
2. Para a devida validade do termo de Convênio, solicito a assinatura do Representante da referida Casa Legislativa as fls. 09.
3. Esses documentos devem ser encaminhados para o Programa Interlegis - Av. N2 Anexo "E" do Senado Federal - CEP - 70165-900 - Brasília-DF, obrigatoriamente por **sedex**, para que possamos acompanhar o trâmite nos correios, evitando assim o extravio da correspondência.

Respeitosamente,

Haroldo Feitosa Fajra

Diretor da Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis – SINTER
Serviço de Contratos e Convênios – SCCO
Via N2 Anexo E do Senado Federal – Brasília DF Fone: 3303 2599



Ofício Circular nº 261 - 2012/SCCO/SSADM/SINTER

Brasília, 04 de setembro de 2012.

Excelentíssimo Senhor
Vereador **SEBASTIÃO ALVES PASSOS NETO**
Presidente da Câmara Municipal de JOÃO PINHEIRO - MG.



Assunto: **Convênio**

Senhor Presidente,

1. Tenho a honra de encaminhar uma via do Convênio celebrado entre o INTERLEGIS e esta Câmara, bem como cópia da Publicação do Extrato de Convênio no Diário Oficial da União.

Respeitosamente,


MARIÂNGELA CASÇÃO PIRES E ALBUQUERQUE
Diretora Adjunta da SINTER



SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

a)Processo: TC-010.373/2012-8; b)Endereço: CT nº 30/2012, firmado em 16/08/2012, entre a TCU e a empresa EMPORIO VERTICE - EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA; c)Objeto: funcionamento de firma paratada, da natureza bibliográfica e realimentação nacional e estrangeira; d)Diferencial Legal: Lei nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993; e)Vigência: De 31/07/2012, inclusive, a 16/08/2013; f)Eficiência Orçamentária: 4.4.90.22 da atividade 01.032.0350.4018.0001 e 3.3.90.36 da atividade 01.032.0350.4018.0001; g)Valor: R\$ 75.163,00, sendo R\$ 27.477,34 para 2012; h)INE nº 907 de 31/07/2012 e nº 914 de 31/07/2012; i)Signatários: pelo Comissário, FERNANDO LUIZ SOUZA DA SILVA, e pelo Contratado, DANILA BERNANDA DA SILVA.

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS DIRETORIA-GERAL

EXTRATOS DE CONTRATOS

Processo 126.822/11. ESPÉCIE: Contrato nº 2012/215.0 firmado com a NIEUWALD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. OBJETO: Prestação de serviços de envio de mensagens curtas (Short Message Service - SMS) para aparelhos móveis, compreendendo disponibilização dos serviços via web, implantação de software (arquivo de mensagens e suporte técnico). LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 143/12. VIGÊNCIA: 30.08.12 a 29.08.13. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$92.028,60 (noventa e dois mil, vinte e oito reais e sessenta centavos). EMPENHO: 2012NE02554. CLASSIF. ORÇAMENTARIA: Programa de Trabalho: 0101055340610001 - Processo Legislativo - Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. ORGÃO FISCALIZADOR: CENIM. PELA CONTRATANTE: ROGERIO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. PELA CONTRATADA: JOÃO PEDRO SARDINHA BARRIOS LIMA - Sócio Administrador.
Processo 124.269/10. ESPÉCIE: Contrato nº 2012/216.0 firmado com a MACROSOULTRON COMERCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Aquisição de scanner planimétrico com tecnologia similar, incluindo para fins de documentação e manutenção preventiva e corretiva. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 271/12. VIGÊNCIA: 29.08.12 a 02.12.13. VALOR TOTAL: R\$200.800,00 (duzentos mil reais). EMPENHO: 2012NE932587. CLASSIF. ORÇAMENTARIA: Programa de Trabalho: 0101055340610001 - Processo Legislativo - Natureza da Despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente. EMPENHO: 2012NE02588. CLASSIF. ORÇAMENTARIA: Programa de Trabalho: 0112005340910001 - Capacitação de Recursos Humanos - Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. ORGÃO FISCALIZADOR: CIDE. PELA CONTRATANTE: ROGERIO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. PELA CONTRATADA: ELVIO ELI BALDINI - Gerente Geral.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Processo 106.401/10. ESPÉCIE: Aditivo nº 2011/266.1 firmado com a MND CONSTRUÇÕES SUBTERRÂNEAS MPT000 NAO DISTRIBUTIVO LTDA. OBJETO: Execução de obra de redes de esgoto e águas pluviais por método não destrutivo sob o encanamento dos edifícios Anexo II e III da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF. FINALIDADE DO ADITIVO: Alteração do cronograma físico-financeiro do contrato, sem qualquer obra adicional para a CONTRATANTE. AMPARO LEGAL: Artigo 57, §1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: Até 06.09.12. PELA CONTRATANTE: ROGERIO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. PELA CONTRATADA: PAULO TADAJIMI TERAOKA - Sócio-Administrador.
Processo 131.234/10. ESPÉCIE: Aditivo nº 2010/282.1 firmado com a ROCHA BRESSAN ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. OBJETO: Fomento e instalação de sistemas de geração de energia elétrica, envolvendo tratamento, teste de aceitação e garantia de funcionamento. FINALIDADE DO ADITIVO: Alteração da Cláusula Décima - Do Preço e Do pagamento. AMPARO LEGAL: Artigo 65, inciso II, alínea "c", da Lei nº 8.666/93. PELA CONTRATANTE: ROGERIO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. PELA CONTRATADA: NILTON ROCHA - Procurador.
Processo 134.928/06. ESPÉCIE: Aditivo nº 2009/163.6 firmado com a PLANSUL - PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA. OBJETO: Prestação de serviços na área de consultoria para a Central Interativa de CONTRATANTE (Call Center), compreendendo instalação, manutenção, atualização tecnológica e serviços operacionais de atendimento de telemarketing receptivo e ativo, atendimento multicanais (fax, correio eletrônico e chat) e serviços de suporte à operação, para a Contratante, em Brasília-DF. FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 17.08.11, com cláusula de rescisão antecipada para logo seja concluído o procedimento licitatório em andamento, cujo objeto é a prestação dos serviços em questão. AMPARO LEGAL: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: Até 16.08.13. VALOR TOTAL: R\$1.331.804,26 (um milhão, trezentos e trinta e um mil, oitocentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos). EMPENHO: 2012NE02546. CLASSIF. ORÇAMENTARIA: Programa de Trabalho: 0101055340610001 - Processo Legislativo - Natureza da Despesa: 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra. PELA CONTRATANTE: ROGERIO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. PELA CONTRATADA: PAULO MACHADO JUNIOR - Procurador.
Processo 108.125/11. ESPÉCIE: Aditivo nº 2011/179.1 firmado com a MP - SENENAMENTO AMBIENTAL LTDA - EPP. OBJETO: Prestação de serviços de caracterização, descrição e identificação para a CONTRATANTE. FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 05.10.12, e redução do valor total para prestação de serviços de caracterização, descrição e identificação, que passa a ser de R\$13.464,00 (treze mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais). VIGÊNCIA: Até 04.10.13. VALOR TOTAL: R\$13.464,00 (treze mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais). EMPENHO: 2012NE02390. CLASSIF. ORÇAMENTARIA: Programa de Trabalho: 0101055340610001 - Processo Legislativo - Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. PELA CONTRATANTE: FABIO CRAVES HOLANDA - Diretor Administrativo. PELA CONTRATADA: EDISON RODRIGUES - Sócio Administrador.
Processo 108.548/10. ESPÉCIE: Aditivo nº 2010/221.1 firmado com a INTELIO TELECOMUNICAÇÕES LTDA. OBJETO: Prestação de serviços de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo, entre a Base de Dados da Câmara dos Deputados e a Base Nacional de Computadores - INTERNET. FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 24 (vinte e quatro) meses da efetiva prestação de serviços, iniciada em 04.04.12, conforme disposto na Cláusula Quarta do Contrato. PELA CONTRATANTE: ROGERIO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. PELA CONTRATADA: ANDRÉ DA SILVA TELLES - Diretor e LUIZ CARLOS ALVES VIEIRA - Procurador.
Processo 177.833/08. ESPÉCIE: Aditivo nº 2009/190.5 firmado com a UNIRO MANUFATURAS E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Prestação de serviços na área de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e equipamentos, em prédios administrativos da Câmara dos Deputados. FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 11.04.12. AMPARO LEGAL: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: Até 10.08.13. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$7.197.400,03 (sete milhões, cento e noventa e sete mil, quatrocentos reais e três centavos). EMPENHO: 2012NE02394. CLASSIF. ORÇAMENTARIA: Programa de Trabalho: 0101055340610001 - Processo Legislativo - Natureza da Despesa: 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra. PELA CONTRATANTE: ROGERIO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. PELA CONTRATADA: HUMBERTO DE MATTOS MARIKLI - Procurador.
Processo 120.755/2010. ESPÉCIE: Aditivo nº 2011/214.1 firmado com a PROCLIMA ENGENHARIA LTDA. OBJETO: Aquisição e instalação de três refrigeradores de líquido com compressor centrífugo, para a central de água gelada do sistema de ar condicionado do Edifício Anexo II e III da Câmara dos Deputados, com garantia de funcionamento. FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogação, pelo período de 90 (noventa) dias, do prazo de entrega/instalação do objeto contratado, sem ônus de qualquer espécie para a CONTRATANTE. AMPARO LEGAL: Artigo 57, §1º, inciso V, da Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: Até 24.11.12. PELA CONTRATANTE: ROGERIO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. PELA CONTRATADA: GUILHERMO AMARAL FINEIS - Sócio-Gerente.

SENADO FEDERAL 1ª SECRETARIA

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

ESPÉCIE: Convênio nº SP - 242/2012-INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e a Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de COTIA - SP. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações. DATA DE ASSINATURA: 03/08/2012. VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal-SINTER-Ecma: Sr. Senador Cláudio Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador ARILDO GOMES PEREIRA, Presidente da Câmara Municipal de COTIA-SP.
ESPÉCIE: Convênio nº RS - 291/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e a Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de SÃO JERÔNIMO - RS. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações. DATA DE ASSINATURA: 03/08/2012. VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal-SINTER-Ecma: Sr. Senador Cláudio Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador MARCIO ROGERIO FIELOER, Presidente da Câmara Municipal de SÃO JERÔNIMO - RS.
ESPÉCIE: Convênio nº RS - 292/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e a Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de ARVOREZINHA - RS. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações. DATA DE ASSINATURA: 03/08/2012. VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal-SINTER - Ecma: Sr. Senador Cláudio Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador LEONIS LUIZ ULTRAMARI, Presidente da Câmara Municipal de ARVOREZINHA - RS.

Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador LEONIS LUIZ ULTRAMARI, Presidente da Câmara Municipal de ARVOREZINHA - RS.

ESPÉCIE: Convênio nº BA - 293/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e a Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de BARRA - BA. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações. DATA DE ASSINATURA: 03/08/2012. VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal-SINTER - Ecma: Sr. Senador Cláudio Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador ADALBERTO JOSÉ DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de BARRA - BA.

ESPÉCIE: Convênio nº MG - 294/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e a Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de UNAI - MG. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações. DATA DE ASSINATURA: 03/08/2012. VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal-SINTER - Ecma: Sr. Senador Cláudio Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador HERMES MARTINS SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de UNAI - MG.

ESPÉCIE: Convênio nº GO - 295/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e a Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de TRINDADE - GO. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações. DATA DE ASSINATURA: 03/08/2012. VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal-SINTER - Ecma: Sr. Senador Cláudio Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador VALDENIR VIEIRA, Presidente da Câmara Municipal de TRINDADE - GO.

ESPÉCIE: Convênio nº MG - 296/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e a Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de JOÃO PINHEIRO - MG. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações. DATA DE ASSINATURA: 03/08/2012. VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal-SINTER - Ecma: Sr. Senador Cláudio Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador SERAFIM ALVES PASSOS NETO, Presidente da Câmara Municipal de JOÃO PINHEIRO - MG.

DIRETORIA-GERAL

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: 6º Termo Aditivo ao Contrato CT20100066, celebrado com a Empresa PLANALTO SERVICE LTDA. Processo: 0150201966. Data da Assinatura: 31/08/2012. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de 1º de setembro de 2012 a 31 de agosto de 2013 e aumento o seu valor mensal em 0,01953%, passando-o para R\$2.613.133,97. Programa de Trabalho: 0101055340610001. Natureza da Despesa: 3390/4. Nota de Empenho nº 2012NE005594, emitida em 20/08/2012. Natureza da Despesa: 3390/7. Nota de Empenho nº 2012NE001560, emitida em 20/08/2012. Signatários: pelo Senado Federal, Doris Marthe Rosário Peixoto, Diretora-Geral, pela Contratada: Rita de Cássia de Sousa.

ESPÉCIE: 6º Termo Aditivo ao Contrato CT20100066, celebrado com a Empresa SERVICE, APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA. Processo: 019021094-6. Data da Assinatura: 11/08/2012. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de 1º de setembro de 2012 a 31 de agosto de 2013. Programa de Trabalho: 0101055340610001. Natureza da Despesa: 3390/4. Nota de Empenho nº 2012NE001558, emitida em 20/08/2012. Signatários: pelo Senado Federal, Doris Marthe Rosário Peixoto, Diretora-Geral, pela Contratada: Marcelo Henry Soares Monteiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DE CONTRATAÇÕES

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 161/2012 - LASC 020001

Nº Processo: 00437/12-9. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para a prestação de serviços de acompanhamento e controle de qualidade de alimentos para a Subsecretaria de Controle de Qualidade e Especificações do Senado Federal. Total de Itens Licitados: 02009 - Edital: 04/04/2012 de 08h30 às 12h00 e de 14h às 17h30. Endereço: Senado Federal Bloco de Anexo II Manzanito Plano Piloto - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas a partir de 04/09/2012 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/09/2012 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br - Informações Gerais: O edital completo está Pregão Eletrônico, en-

